

Invasão poderá ser legalizada sem taxa

FRANCISCO STUCKERT

Conpresb analisa hoje as propostas para o cercamento das quadras 700

LUÍSA MEDEIROS

Depois de um ano de discussão, governo e representantes da comunidade se entenderam e concluíram a proposta de regularização do cercamento das quadras 700 das Asas Sul e Norte. A proposição será apresentada hoje na reunião do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb) e, dentre as sugestões, está a isenção da taxa de ocupação de área pública. Para isso, os moradores terão de se comprometer a cuidar da área verde em frente às casas. No entanto, aqueles que abusaram no avanço de área pública terão de se adequar às novas normas e recuar as cercas. O prazo para a adequação é 180 dias.

Em junho do ano passado, foi criado um grupo de trabalho para resolver a questão das invasões de espaço público nas 700. Além de quatro representantes da comunidade, o grupo é formado por funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), da Administração Regional de Brasília, da Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Dentre as proposições elaboradas pelo grupo, a dispensa do pagamento da taxa é uma sugestão que vai além das reivindicações dos moradores, afirma o presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires. "Nós sempre pensamos em pagar pelas ocupações. A medida vai além das nossas expectativas", disse. O chefe de gabinete da Administração de Brasília, Renato Castelo, explicou que os moradores terão de "adotar o jardim" em frente às suas casas. "É uma forma de compen-

sar a isenção do pagamento", acredita.

IPHAN DISCORDA - O superintendente regional do Iphan, Alfredo Gastal, discorda sobre a dispensa da taxa. "Isso vai oficializar a ocupação de terra pública em Brasília", opina, dizendo que se tal ocorrer, pessoas responsáveis por outras áreas invadidas, como os "puxadinhos" nas quadras comerciais, vão sentir no direito de regularizar a invasão.

Gastal ressaltou que a proposta não está fechada e que cabe ao Conpresb analisar o assunto com cuidado. "A proposta ainda precisa ser revista. Não pode ser feito de afogatilho". Disse que foi chamado apenas para as duas últimas reuniões do grupo. Ele

Aqueles que abusaram no avanço de área pública terão de recuar as grades dentro de 180 dias

afirma que o problema está consolidado há anos, mas, não afronta o tombamento de Brasília. "Não acho ofensivo à área tombada. Precisa só ser normatizado", afirma.

E as normas para os avanços não são diferentes do que ocorre atualmente, exceto pelos absurdos, como invasões de até 15 metros. O grupo de trabalho vai propor que o cercamento atinja até 5,5 metros na frente da casa, 4 metros na lateral e um metro nos fundos. O último avanço ainda não encontrou consenso entre os integrantes do grupo. Segundo Gastal, apenas 1% das casas possui esta invasão. Para ele, é mais fácil que os donos da casa recuem a cerca. "Uma população muito pequena alega a falta de estacionamento", diz.

A cobertura do cercamento também foi definida. De acordo com Renato Castelo, só 50% da área poderá ser coberta, seja com telhas ou vidros. "Não será permitido fechar o avanço com tijolos", explica.



Uma das propostas isenta o morador da taxa de ocupação, mas ele teria de cuidar da área verde em frente à sua casa